



ALIENAÇÃO ELEITORAL E OS RISCOS À LEGITIMIDADE POLÍTICA: UMA ANÁLISE DA ABSTENÇÃO E DOS VOTOS BRANCOS E NULOS NAS ELEIÇÕES BRASILEIRAS

Edson Moraes Borowski

RESUMO

O artigo apresenta um breve histórico dos três ciclos democráticos do Brasil, de 1894 à 1930; de 1945 à 1960 e o atual, iniciado em 1989, com a retomada de eleições presidenciais, após longo período de ditadura civil-militar. Apresenta ainda o conceito de alienação eleitoral, também conhecida como participação negativa, que consiste na apuração do montante relativo a abstenção eleitoral (não comparecimento) somados aos votos brancos e nulos (dos eleitores que comparecem). Os dados tratam das eleições Presidenciais de 1989 a 2018, para Governos Estaduais e Deputado/as Federais, Estaduais e Distritais de 2014 e 2018. Em relação as eleições municipais são detalhados as informações dos pleitos de 2016 e 2020, com destaque final a preocupante situação nas capitais. Ao final, evidente a preocupação com eleições futuras e a necessidade de ampliação de estudos e buscas de alternativas para diminuição dos altos índices de alienação eleitoral, evitando riscos à democracia.

ABSTRACT

The article presents a brief history of the three democratic cycles in Brazil, from 1894 to 1930; from 1945 to 1960 and the current one, which began in 1989, with the resumption of presidential elections, after a long period of civil-military dictatorship. It also presents the concept of electoral alienation, also known as negative participation, which consists in calculating the amount related to electoral abstention (non-attendance) added to the blank and null votes (of the voters who attend). The data deal with the Presidential elections from 1989 to 2018, for State Governments and Federal, State and District Deputies of 2014 and 2018. Regarding the municipal elections, information on the 2016 and 2020 elections is detailed, with a final highlight on the worrying situation in the capitals. In the end, the concern with future elections and the need to expand studies and search for alternatives to reduce the high levels of electoral alienation is evident. avoiding risks to democracy.

PALAVRAS-CHAVES: abstenção, participação, democracia.

KEYWORDS: *abstention, participation, democracy.*

1. INTRODUÇÃO

A democracia moderna, construída a partir das Revoluções Americana e Francesa, estruturou-se, no ocidente, na sua forma representativa, em contraponto à democracia antiga, em que as discussões (decisões) sobre os negócios do Estado, quando coletivas, se davam na forma direta ou mais ampla possível.

Este sistema, com pouco mais de duzentos anos, também sofre mutações, com ciclos de expansão e retrocessos, verdadeiras ondas que, em certos momentos da história, exaltam sua necessidade, em outros exacerbam suas fragilidades. Tem sido assim neste início de século XXI. Para Bobbio “A democracia não goza no mundo de ótima saúde, como de resto jamais gozou no passado, mas não está à beira do túmulo” (Bobbio, 2000, pág. 19).

Na grande maioria dos países do Ocidente os regimes Monárquicos foram sendo superados pela República, o novo sistema político hegemônico. O Brasil de forma tardia, instala o Estado Republicano em 1989 com o golpe militar, que depôs a realza de origem Portuguesa, em ação de sua elite, sem a participação do povo.

Desde a instalação da República, o Brasil experimentou três ciclos democráticos, considerados aqueles em que o povo, diretamente, pode eleger seu representante maior, o/a Presidente/a da República. O ciclo democrático, iniciado em 1894 com a primeira eleição presidencial foi o mais longo, mas ainda assim, extremamente curto, interrompido com o Golpe de Getúlio Vargas em 1930, após perder as eleições e alegar fraude.

O segundo ciclo inicia em 1945, após a renúncia de Vargas, com a eleição direta do Militar Eurico Gaspar Dutra para a Presidência da República, e que resiste por 25 anos, até a eleição de Jânio Quadros no pleito realizado em 1960. Novamente a democracia é interrompida por outro Golpe Civil-Militar, em 1964, instalando o Estado Terrorista no Brasil durante 21 anos.

O terceiro ciclo, que será objeto deste artigo, inicia em 1989, marca a redemocratização do País com a sequência de episódios que pôs fim ao Estado Ditatorial, iniciando com a eleição de um Presidente Civil em 1985, ainda pelo Colégio Eleitoral de forma indireta, seguindo com a eleição da Assembleia Constituinte de 1986 e, fechando o ciclo de reestabelecimento da democracia, com a escolha, pelo voto direto, do Presidente da República em 1989.

Desde então, o Brasil experimenta um ciclo democrático com relativa estabilidade nos 31 anos de eleições regulares. Apesar da regularidade eleitoral, a jovem democracia não está imune ao processo de desgaste e descrédito de suas instituições, em especial, no último período, com flagrante declínio na confiança nas instâncias eleitorais que acarretam, efetivamente, danos à democracia e o

surgimento (e potencialização) de movimentos contestatórios e, em certa medida, com estímulos autoritários (ALVIM, 2021).

Efetivamente estamos vivenciando um período de redução do apoio à democracia. Marco deste período são as manifestações de junho de 2013 em todo o País, cuja pauta inicial era o aumento das tarifas do transporte público mas que transformaram-se em protestos genéricos, sem lideranças e, ao final, desembocando numa cruzada contra a Política em geral. Não se passa por processos cujo foco principal é a “demonização da política” sem prejuízos imensos à democracia.

As eleições de 2016 representam um marco no discurso eleitoral com a apresentação de candidaturas “antipolíticos”, por mais paradoxal que isto represente. Muitos candidatos, alguns até com larga experiência eleitoral, apresentaram-se como “técnicos” oriundos de áreas da sociedade civil, sem vínculos partidários ou com governos. Alguns utilizaram o discurso antipartidos, mesmo exercendo mandatos eletivos.

As eleições de 2018 marcam o acirramento da desconfiança no processo eleitoral, com a disseminação de fake news contra o sistema eletrônico de votação, principalmente levantados por um conjunto de parlamentares eleitos, alguns por várias eleições e outros em 2018, pelo voto eletrônico. Este discursos mantém-se após a eleição, utilizado como estratégia política e eleitoral, questionando o método de votação, com flagrante retórica de fraude retroalimentando argumentos golpistas, já utilizados em outros períodos históricos.

A literatura apresenta caminhos metodológicos para aferir a desconfiança democrática, buscando identificar danos reais à democracia e o quadro geral de desinteresse. Entre os indicadores estão o interesse em assuntos políticos, a confiança na classe governante, nos partidos políticos, nas instituições públicas, grau de satisfação com a democracia em geral, mas especialmente avaliando a taxa de participação eleitoral (ALVIM, 2020).

Os estudos sobre “cultura política” dedicam-se a avaliação do quadro de interesse geral nos regimes democráticos, desconfiança nas instituições e alienação entre o eleitorado. São chamados de “valores de fundo democrático”. Em geral se abastecem de pesquisas de opinião, com aplicação de formulários para verificação da perspectiva em relação à democracia (ALVIM, 2020).

Os dados apresentados pela pesquisa sistematizada no Latinobarômetro¹ em 2019, apontou redução de 54% em 2010 para 34% em 2018 no apoio à democracia entre o/as brasileiro/as, sendo o quarto país com menor percentual na América Latina, a frente apenas de El Salvador, Guatemala e Honduras. Entre os que não identificam diferença entre um regime democrático e

¹ O Latinobarômetro é uma corporação de direito privado, sem fins lucrativos, com sede em Santiago do Chile que produz pesquisas sobre temas da Ciência Política. Fonte: <https://www.latinobarometro.org/latContents.jsp>

autoritário, o Brasil ocupa a terceira posição, com 41% das respostas indicando indiferença quanto a natureza do regime (ALVIM, 2020).

No mesmo sentido, diversos estudos apontam para uma “preferência” por modelos autoritários, expressados não apenas em um governo ditador mas em posicionamentos simpáticos a práticas tipificadas como de Terrorismo de Estado, como a proibição de greves, intervenção em sindicatos, censurar a imprensa, fechar o Congresso Nacional, torturar suspeitos para obter informações ou confissões, fechar o Supremo Tribunal Federal, entre outros (ALVIM, 2020).

Não pretendo aprofundar a análise dos dados extraídos de pesquisas de opinião, definindo o escopo deste artigo na apresentação dos dados sobre a participação eleitoral, no clico democrático iniciado em 1989, nas eleições Presidenciais, com destaque e análise pormenorizada dos dados das eleições gerais de 2014 e 2018 e nas municipais de 2016 e 2020, destacando os elementos relacionados à alienação eleitoral e os riscos à democracia.

Para a sociologia, alienação indica a dissociação entre o indivíduo e uma ideia. Já no estudo da ciência política, a “alienação eleitoral” o termo é utilizado para relacionar o processo de engajamento (ou falta de) nas discussões públicas. Para os especialistas, indica prejuízos ao progresso das democracias, especialmente os relacionados a baixa participação que podem influenciar na legitimidade no exercício do poder (ALVIM, 2020).

Àqueles que se omitem na participação em eleições, seja através da abstenção direta, seja pela votação em branco ou anulação de seus votos, silenciam suas vozes, representando uma “negativa de participação”, indicando perigo real ao processo democrático. Para Alvim: “Na seara eleitoral, o conceito de alienação constitui um gênero que congrega diferentes espécies de participação negativa. Envolve, portanto, o somatório do volume de *abstenções, votos brancos e nulos*” (ALVIM, 2020, pág. 36).

Portanto, em linhas gerais, a abstenção eleitoral representa a negativa em participação efetiva nas eleições; não comparecer; não ir às urnas no dia da eleição, que pode indicar o desinteresse em influenciar sobre a escolha do/a próximo/a governante ou legislador/a. Este dado é influenciado ainda pelas possibilidades de votos facultativos, restrito no sistema político brasileiro aos não alfabetizados, eleitores entre 16 e 18 anos e maiores de 70 anos, bem como, pelos processos de manutenção periódico do cadastro eleitoral, através dos recadastramentos e atualização dos dados de eleitores/as.

Outras observações importantes sobre o comportamento e características da abstenção são: i) a alienação é linear, mas com crescimento constante nas eleições brasileiras, a partir de 2010; ii) em regra, tende a ser maior em eleições em segundo turno, indicando falta de representação; iii)

em eleições municipais (pleitos locais), existe indicação de maior participação; iv) apresenta diferença entre regiões, indicando influência de variáveis geográficas; e v) não é linear entre estados do Brasil, indicando fatores culturais e políticos locais no percentual de abstenção (BOROWSKI, 2021).

Comparecer às urnas é a primeira decisão a ser tomada pelo/a eleitor/a. Trata-se do que a teoria política contemporânea denominou de “paradoxo da participação”. Porque votar se o voto de cada eleitor/a vale muito pouco, ou quase nada, no resultado final? Este ato não seria relativamente nulo? (BOROWSKI, 2021, FIGUEIREDO, 2008).

Superado o dilema do comparecimento, a anulação do voto consiste em comparecer e indicar no momento do voto as opções “branco” ou “nulo”, consignando uma manifestação negativa (legítima) quando ao/as candidato/as que se apresentaram no pleito. Esta situação indica uma posição de que esses “não representam” a vontade do eleitor. A alienação eleitoral, por fim, é o conjunto somatório da abstenção e da anulação dos votos, representados pelo não comparecimento e pelos votos brancos e nulos (ALVIM, 2020).

A importância do estudo sobre a alienação eleitoral tem se demonstrado relevante face aos índices de desconfiança política. Altos percentuais de alienação eleitoral são possíveis indicadores de crises de representatividade e de um sentimento de que as escolhas políticas não são importantes para uma parcela significativa da sociedade.

A alienação eleitoral pode indicar ainda um “adoecimento político”, alimentando o desinteresse e a apatia que podem fragilizar a democracia, permitindo discursos reducionistas, contrário às instituições políticas e que colocam em cheque os pilares da convivência democrática, dando azo à manifestações autoritárias (ALVIM, 2020).

Estes pressupostos teóricos indicam o caminho seguinte deste artigo. Os dados compilados a partir da estatística disponibilizada pelo Tribunal Superior Eleitoral permitem estudar o comportamento eleitoral nas eleições brasileiras, no ciclo democrático de 1989-2020, com maior profundidade, apresentando elementos importantes para a análise política.

O artigo está estruturado em dois capítulos, o primeiro apresentando e analisando os dados das eleições gerais, com destaque para as Presidenciais e o segundo com as informações sobre as eleições municipais de 2016 e 2020. No encerramento, as considerações finais.

2. A ABSTENÇÃO E OS VOTOS BRANCOS E NULOS NAS ELEIÇÕES GERAIS

As eleições gerais, realizadas alternadamente às eleições municipais ou locais, permitem a discussão de temas relacionados aos destinos e soluções de problemas gerais do país, elegendo os representantes máximos da nação. No Poder Executivo são eleitos o/a Presidente do País e o/as Governadore/as dos Estados e do Distrito Federal. No Poder Legislativo são eleitos o/as Senadores, representando os Estados, e o/as Deputado/as Federal, Estadual e Distrital, que são representantes do povo no parlamento.

É preciso ressaltar que o cálculo dos votos brancos e nulos estão apresentados nas tabelas deste artigo seguindo o critério utilizado pelo Tribunal Superior Eleitoral, ou seja, representando a proporção entre os que compareceram ao pleito. Para o presente estudo, utilizamos para o cálculo do percentual total, os votos brancos e nulos são considerados em sua quantidade numérica que, somados aos dados da abstenção, indicarão, na coluna final, o percentual de alienação eleitoral.

Iniciamos a apresentação e análise pela eleição presidencial, ampliando escopo para todo o ciclo democrático, iniciado nas eleições de 1989 até as últimas, realizadas em 2018. Os dados constam na tabela 1 e, para melhor visualização, no gráfico 1, a seguir.

Os primeiros dados a destacar são: a eleição de 1989 marcou o menor percentual de alienação eleitoral do período, com 19,38% no primeiro turno, e 17,60% no segundo turno. Outro dado digno de nota na eleição de 1989 é o alto índice de comparecimento, com a menor abstenção da série. Em relação aos votos brancos, apenas 1,4% no primeiro turno, o menor percentual em toda a série, e 1,63% no turno decisivo, sendo o segundo menor percentual do período analisado.

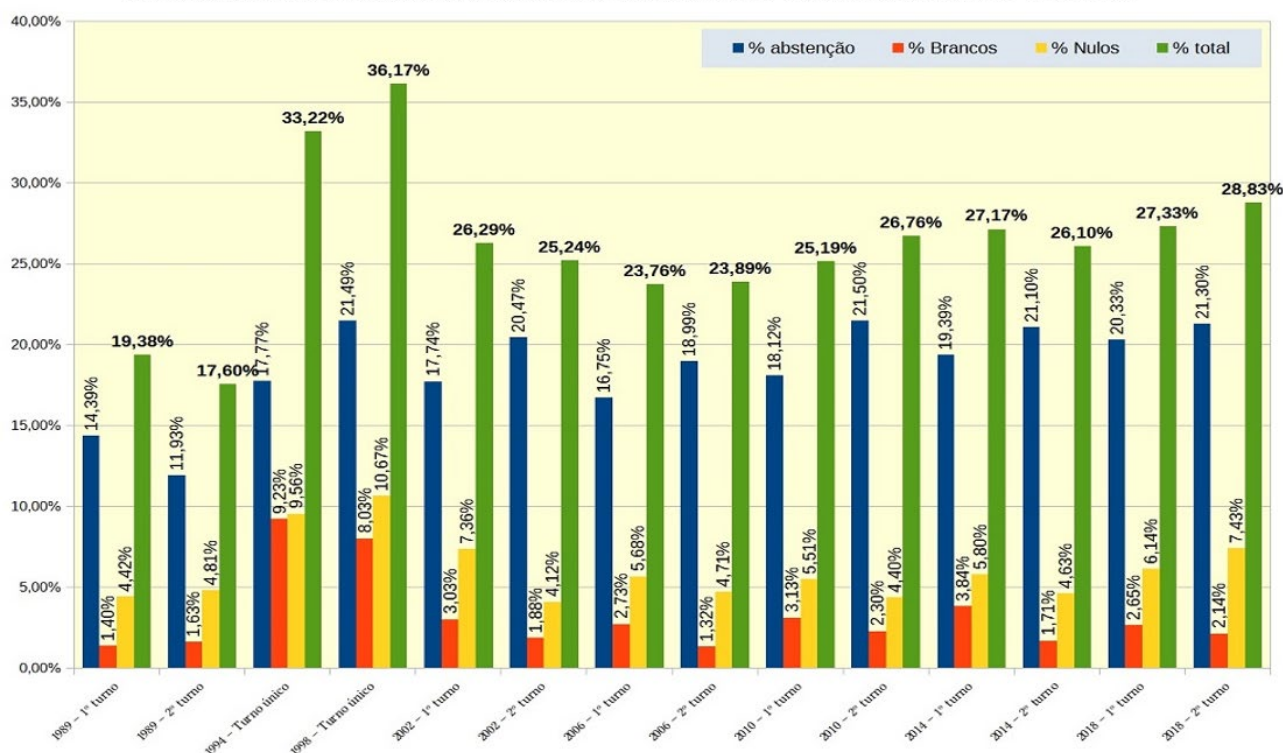
Tabela 1 – Dados sobre o comparecimento, abstenção e votos branco e nulos – Presidente/a da República – 1989 à 2018

Eleição	Eleitorado Apto	Comparecimento	%	Abstenção	% abstenção	Branco	% Branco	Nulo	% Nulos	Abstenção + Branco + Nulos	% total
1989 – 1º turno	82.074.718	70.260.701	85,61%	11.814.017	14,39%	986.446	1,40%	3.107.484	4,42%	15.907.947	19,38%
1989 – 2º turno	82.074.718	72.280.909	88,07%	9.793.809	11,93%	1.176.413	1,63%	3.473.484	4,81%	14.443.706	17,60%
1994 – Turno único	94.732.410	77.898.464	82,23%	16.833.946	17,77%	7.192.116	9,23%	7.444.017	9,56%	31.470.079	33,22%
1998 – Turno único	106.101.067	83.297.863	78,51%	22.803.204	21,49%	6.688.403	8,03%	8.886.895	10,67%	38.378.502	36,17%
2002 – 1º turno	115.254.113	94.804.126	82,26%	20.449.987	17,74%	2.873.720	3,03%	6.976.107	7,36%	30.299.814	26,29%
2002 – 2º turno	115.254.113	91.664.259	79,53%	23.589.854	20,47%	1.727.760	1,88%	3.772.138	4,12%	29.089.752	25,24%
2006 – 1º turno	125.913.134	104.820.459	83,25%	21.092.675	16,75%	2.866.205	2,73%	5.957.521	5,68%	29.916.401	23,76%
2006 – 2º turno	125.913.134	101.998.221	81,01%	23.914.913	18,99%	1.351.448	1,32%	4.808.553	4,71%	30.074.914	23,89%
2010 – 1º turno	135.804.433	111.193.747	81,88%	24.610.686	18,12%	3.479.340	3,13%	6.124.254	5,51%	34.214.280	25,19%
2010 – 2º turno	135.804.433	106.606.214	78,50%	29.198.219	21,50%	2.452.597	2,30%	4.689.428	4,40%	36.340.244	26,76%
2014 – 1º turno	142.822.046	115.122.883	80,61%	27.699.163	19,39%	4.420.489	3,84%	6.678.592	5,80%	38.798.244	27,17%
2014 – 2º turno	142.822.046	112.683.879	78,90%	30.138.167	21,10%	1.921.819	1,71%	5.219.787	4,63%	37.279.773	26,10%
2018 – 1º turno	147.306.295	117.364.654	79,67%	29.941.641	20,33%	3.106.937	2,65%	7.206.222	6,14%	40.254.800	27,33%
2018 – 2º turno	147.306.294	115.933.451	78,70%	31.372.843	21,30%	2.486.593	2,14%	8.608.105	7,43%	42.467.541	28,83%

Nota explicativa: Seguindo o critério divulgado pela Justiça Eleitoral, o cálculo dos votos brancos e nulos estão relacionados ao total de eleitores que comparecerem, no entanto, para o objeto de nossa análise, o percentual total da soma de não comparecimentos e votos brancos e nulos, refere-se ao total de **eleitores/as** aptos

Fonte: TSE [https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais]

Gráfico 1. Dados sobre o comparecimento, abstenção e votos branco e nulos – Presidente/a da República – 1989 à 2018



Fonte: TSE [<https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais>]

Já os votos nulos na eleição de 1989 merecem uma reflexão em separado. No primeiro turno foram apresentados 22 candidatos à presidência. Tal quantidade indicaria uma dificuldade ao/as eleitor/as em “escolher” já que o voto foi em cédula de papel e eram comuns os casos em havia dúvida sobre o destino do voto. No primeiro turno, o percentual de 4,42% representa o menor em toda a série. No segundo turno, o percentual encontra-se dentro da normalidade, indicando uma clara intenção do/a eleitor/a em rejeitar os candidatos habilitados para a eleição final

Os dados da eleição de 1989, especialmente pela menor alienação eleitoral do período ditatorial, pode ser explicado pela “deficit de democracia” para a escolha do mandatário do Brasil, pois a última eleição direta havia acontecido em 1960, com interregno de 29 anos, impactando gerações que foram impedidas de escolher o/a Presidente da República.

O ímpeto inicial logo se desfaz com resultados ruins para as eleições de 1994 e 1998, que apresentam, respectivamente, os piores índices de alienação eleitoral da série. Todos os percentuais cresceram significativamente. A abstenção cresce consideravelmente mas merece destaque para os altos índices de brancos (9,23% em 1994 e 8,03% em 1998) e nulos (9,56% em 1994 e 10,67% em

1998), que elevam a alienação eleitoral para os maiores índices, com 33,22% em 1994, e 36,17% em 1998.

Estes resultados encontram algumas explicações no âmbito da ciência política. A primeira é o amplo favoritismo do candidato Fernando Henrique Cardoso nas eleições de 1994, ancorado no sucesso econômico do Plano Real. A eleição de 1998 foi a primeira com o advento do instituto da reeleição, aprovada em 1997. Tal conjuntura reforçou o favoritismo para a permanência de Fernando Henrique Cardoso na Presidência da República. Tais condições efetivamente impactam na vontade do eleitor.

Nas eleições de 2002 o percentual da alienação eleitoral cai drasticamente e se estabiliza no patamar de $\frac{1}{4}$ do eleitorado apto. Este resultado é diretamente impactado pela redução no percentual de votos brancos e nulos. As eleições de 2002 foi a primeira para presidente que se utilizou a votação (urna) eletrônica em todo o território nacional. Com este procedimento, os votos em branco retornam ao patamar de 1989 e os nulos reduzem significativamente.

Pode-se afirmar que o advento da urna eletrônica, entre tantos benefícios que proporcionou às eleições, como a segurança e a agilidade na apuração e divulgação dos resultados, também facilitou o exercício do voto, bastando que o/a eleitor/a digitasse o número do/a candidato/a, com um teclado simular aos modelos telefônicos da época, de fácil utilização pelo/as eleitores/as em especial os não alfabetizados. É inegável que a implantação da urna eletrônica seguiu o crescimento dos votos brancos e nulos.

Os dados da tabela 1 e gráfico 1 demonstram estabilidade no índice da alienação eleitoral, em patamar elevado, acima de 25% do eleitorado apto. Em 2014 inicia um leve crescimento, ultrapassando a marca de 1998 e atingindo o patamar de 27% no primeiro turno. Em 2018 os dados pioram tanto no primeiro turno, mas merecendo destaque o índice de 28,83% no segundo turno, o maior em toda a série, excetuando os atípicos anos de 1994 e 1998.

As eleições de 2018, realizadas numa conjuntura extremamente conturbada, com exclusão da disputa do candidato líder nas pesquisas e a ascensão de candidato com discurso em defesa da ditadura e de princípios antidemocráticos, alinhado com o Presidente Americano Donald Trump e outros líderes mundiais conhecidos por insultos à imprensa, entre outras práticas autoritárias, apresentam um crescimento da alienação eleitoral.

No primeiro turno o crescimento é pequeno, mas no segundo o percentual de 28,83% representa elevação de mais de 2,5% no índice de alienação eleitoral. Estes dados provocam grande preocupação em relação as próximas eleições de 2022.

Ampliando o estudo, apresentamos na tabela 2 e gráfico 2 os dados das eleições para Governador/a nas eleições de 2014 e 2018, a partir dos dados consolidados pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Os dados também são preocupantes.

O menor percentual de alienação eleitoral ocorreu no segundo turno de 2014, mesmo assim em patamar altíssimo, atingindo 29,44%. O pior resultado, ocorreu no primeiro turno de 2018, de 35,02%, extremamente alarmante, significando que mais de um terço dos eleitores abriu mão do direito de participar da escolha do governante regional.

Detalhando os números, percebe-se que a abstenção encontra-se estabilizada no patamar de 20%. Os votos brancos apresentam pouca variação de 2014 para 2018. Já os números dos votos nulos são extremamente preocupantes, com aumento de 50% em comparação ao percentual de 2014. O percentual de 13,09% de votos nulos, entre os que compareceram para o exercício do voto no primeiro turno de 2018, é extremamente alto e demonstra, em certa medida, desconexão entre os percentuais de votos nulos para presidente (6,14%) e governador/a.

Tabela 2 – Dados sobre o comparecimento, abstenção e votos branco e nulos – Governador/a – 2014 e 2018

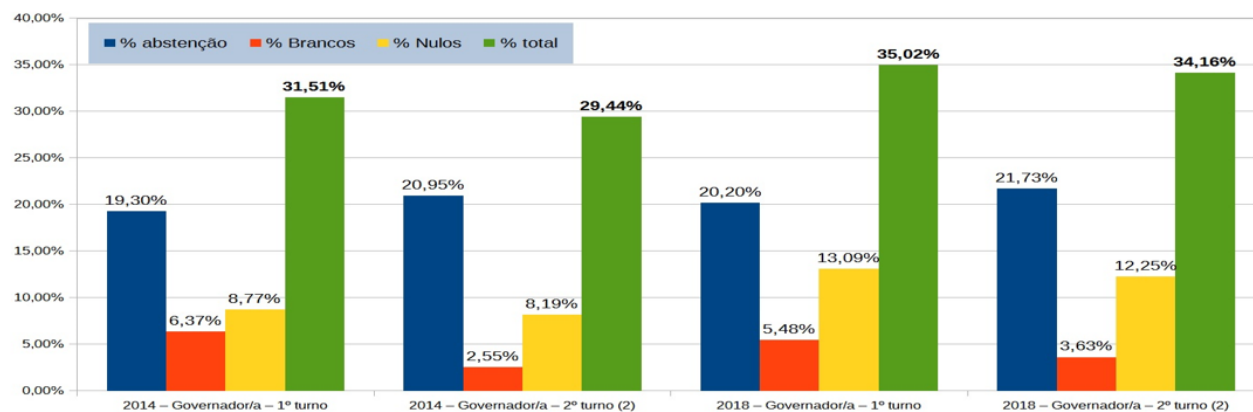
Eleição	Aptos	Comparecimento	%	Abstenção	% abstenção	Branco	% Branco	Nulos	% Nulos	Abstenção + Branco + Nulos	% total
2014 – Governador/a – 1º turno	142.384.193	114.906.582	80,70%	27.477.611	19,30%	7.314.166	6,37%	10.074.804	8,77%	44.866.581	31,51%
2014 – Governador/a – 2º turno (2)	49.794.239	39.364.374	79,05%	10.429.865	20,95%	1.003.299	2,55%	3.224.238	8,19%	14.657.402	29,44%
2018 – Governador/a – 1º turno	146.750.529	117.111.572	79,80%	29.638.957	20,20%	6.418.783	5,48%	15.330.295	13,09%	51.388.035	35,02%
2018 – Governador/a – 2º turno (2)	92.401.806	72.321.542	78,27%	20.080.264	21,73%	2.626.826	3,63%	8.861.148	12,25%	31.568.238	34,16%

Nota 1: Os eleitores domiciliados no exterior votam somente para o cargo de Presidente/a da República

Nota 2: Os dados do segundo turno referem-se somente aos Estados em que ocorreram

Fonte: TSE [<https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais>]

Gráfico 2 – Dados sobre o comparecimento, abstenção e votos branco e nulos – Governador/a – 2014 e 2018



Fonte: TSE [<https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais>]

Um dos fatores que pode auxiliar na análise é o fato de que o candidato Jair Bolsonaro, vencedor no pleito nacional, concorreu por um partido com pouca representatividade regional e reduzido número de candidato/as a Governador/a. Encontram-se relatos de eleitores que estavam tentando votar no candidato Bolsonaro, no entanto, a tela apresentava a opção para votar para Governador/a, ou seja, nestes casos o voto foi anulado² por erro no manejo do voto pelo/a eleitor/a.

Por fim, a situação da votação para o cargo de Governador/a apresentou em 2018 o maior índice de alienação eleitoral das eleições gerais, atingindo 35,02% no primeiro turno, em todos o País, e 34,16% no segundo turno, nos Estado em que ocorreu³. Em números absolutos, mais de 51 milhões de eleitore/as não escolheram o seu governante regional.

A tabela 3 e o gráfico 3 apresentam os últimos dados sobre as eleições gerais de 2014 e 2018, agora relacionados às eleições para os cargos de Deputado/as Federal, Estadual e Distrital⁴.

Os dados demonstram o mesmo quadro alarmante das informações das eleições para os Governos Estaduais. Tanto em 2014, quanto em 2018, os percentuais de alienação eleitoral ultrapassam a marca dos 30%, indicando que, de cada 10 eleitore/as, 3 se abstém ou vota em branco ou nulo, nas eleições para a Câmara do/as Deputado/as e Assembleias Legislativas Estaduais.

Novamente chama a atenção do alto percentual de votos brancos, acima dos registrados para as eleições de Governador/a e Presidente da República, tanto em 2014, quanto em 2018. Em 2014, 8,8% do/as eleitore/as que compareceram na cabine de votação digitaram a tecla branca da urna eletrônica quando apareceu a tela para o voto para Deputado/a Federal. Em 2018, este percentual reduz para 6,4%, ainda assim, muito alto.

No caso das eleições para Deputado/a Estadual/Distrital, em que pese os percentuais sejam um pouco menores do que para o/as Federais, ainda assim o patamar é altíssimo e também acima dos registrados para Governadore/as e Presidente.

O único fator a ser considerado positivo é a redução do percentual de 7,69% em 2014 para 6,14% em 2018.

² <https://www.tre-mt.jus.br/eleicoes/eleicoes-plebiscitos-e-referendos/eleicos-anteriores/eleicoes-2018/fakenews/fake-news-ao-tentar-votar-em-bolsonaro-a-urna-eletronica-apresenta-voto-nulo>

³ O segundo turno para escolha do/as Governadore/as em 2018 aconteceu em treze estados: Amazonas, Amapá, Roraima, Rondônia, Pará, Rio Grande do Norte, Sergipe, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e no Distrito Federal

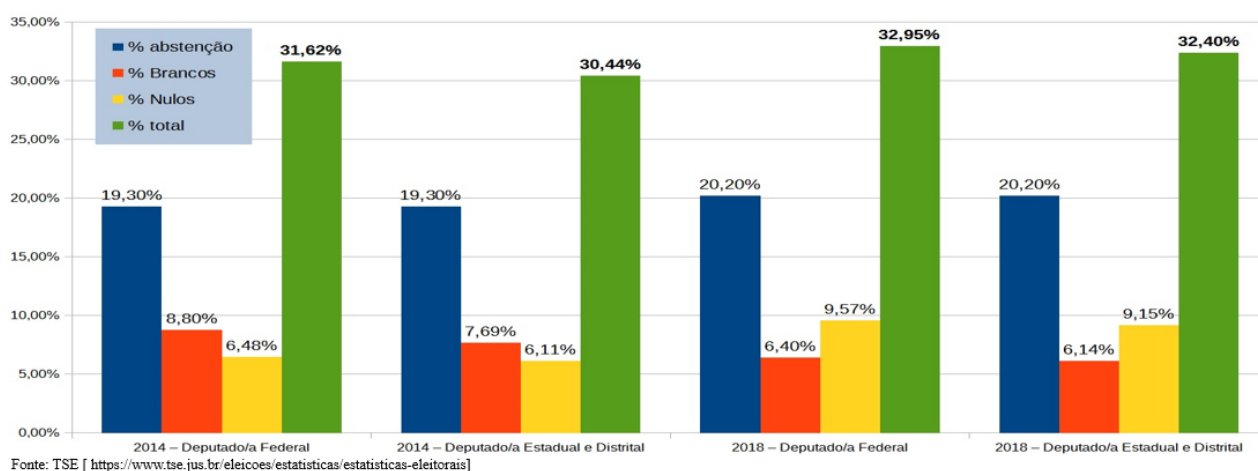
⁴ Por uma questão metodológica não serão apresentados os dados para as eleições ao Senado Federal, haja vista a incompatibilidade de análise dos dados face a eleição de duas vagas nas eleições de 2018, gerando inconsistência para a comparação com 2014.

Tabela 3 – Dados sobre o comparecimento, abstenção e votos branco e nulos – Deputado/as Federal, Estadual e Distrital – 2014 e 2018

Eleição	Aptos	Comparecimento	%	Abstenção	% abstenção	Branco	% Branco	Nulos	% Nulos	Abstenção + Branco + Nulos	% total
2014 – Deputado/a Federal	142.384.193	114.906.582	80,70%	27.477.611	19,30%	10.106.586	8,80%	7.444.640	6,48%	45.028.837	31,62%
2014 – Deputado/a Estadual e Distrital	142.384.193	114.906.580	80,70%	27.477.613	19,30%	8.836.348	7,69%	7.021.745	6,11%	43.335.706	30,44%
2018 – Deputado/a Federal	146.750.529	117.111.570	79,80%	29.638.959	20,20%	7.499.446	6,40%	11.212.814	9,57%	48.351.219	32,95%
2018 – Deputado/a Estadual e Distrital	146.750.529	117.111.570	79,80%	29.638.959	20,20%	7.190.010	6,14%	10.717.942	9,15%	47.546.911	32,40%

Fonte: TSE [<https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais>]

Gráfico 3 – Dados sobre o comparecimento, abstenção e votos branco e nulos – Deputado/as Federal, Estadual e Distrital – 2014 e 2018



Os dados dos votos nulos apresentam expectativa inversa. Além do alto percentual de votos nulos entre os que compareceram para votar, os percentuais cresceram mais de 50% em 2018 em comparação à 2014. Para a eleição de Deputado/a Federal cresceu de 6,48% em 2014 para 9,57% em 2018. Para Deputado/a Estadual/Distrital, o crescimento foi de 6,11% em 2014 para 9,15% em 2018.

Por fim, a alienação eleitoral em patamares tão elevados demonstra grande preocupação, pois mais de 48,3 milhões de eleitore/as deixou de opinar na escolha do/as Deputados Federais e mais de 47,5 milhões deixaram de escolher o/as Deputado/as Estaduais/Distritais.

3. A ABSTENÇÃO E OS VOTOS BRANCOS E NULOS NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2016 E 2020

As eleições municipais, para escolha do/a prefeito/a e vereadore/as de sua cidade pressupõe a discussão dos problemas locais, aqueles que, em tese, repercutem no dia a dia, como as

condições do posto de saúde, das escolas e até mesmo do “buraco na rua” ou da “iluminação pública”, representando um momento de discussão sobre o bem cuidar do espaço público local. Obviamente que nas cidades maiores estes temas são ampliados para as questões da macropolítica, como a segurança pública, economia, emprego, entre outros.

Antes de pormenorizar os dados extraídos sobre as eleições de 2016 e 2020, necessário ressaltar que o pleito de 2020 sofreu adiamento, por força de determinação do Congresso Nacional e foi realizado sob condições adversas provocadas pela pandemia mundial da Covid-19. Nesta situação era esperado o aumento da abstenção e de fato isto aconteceu, no entanto, estudos apontam que a pandemia covid-19 não pode ser considerado como o único fator que resultou no maior percentual de abstenção em 2020 (BOROWSKI, 2021).

Estudo realizado no primeiro semestre de 2021 indicou que os maiores percentuais de abstenção, proporcionalmente a quantidade de eleitor/as, relacionando faixas etárias e comparecimento, foram verificados nos intervalos entre 18 a 34 anos. Portanto, os mais ausentes foram jovens que não estão enquadradas como grupos de risco para a pandemia. Os percentuais de abstenção destas faixas etárias são maiores do que o grupo entre 60 e 69 anos, considerado/as eleitor/as do grupo de risco (BOROWSKI, 2021).

Obviamente os eleitores acima de 70 anos apresentaram abstenção extremamente alta, no entanto, sua participação no total de eleitor/as é reduzida e o impacto no percentual total da abstenção é baixa. Da mesma forma, este grupo de eleitor/as já encontra-se na faixa de facultativos, não sendo obrigatório o comparecimento, tampouco gerando qualquer sanção pela ausência às urnas, já representando, naturalmente uma abstenção acima da média.

Diante destas premissas, espera-se que a participação no momento das escolhas dos seus representantes, ou seja nas eleições municipais e ainda quando estiver para digitar o número do/as candidato/as na urna, seja mais valorizado pelo/as eleitor/as. Não é o que se apresenta nos dados da tabela 4 e no gráfico 4.

Os dados do primeiro turno das eleições para o cargo de Prefeito/a, indicam que a alienação eleitoral passou de 27,81%, em 2016, para 30,56% em 2020. Como afirmamos acima, houve crescimento da abstenção, passando de 17,58% em 2016 para 23,15% em 2020, o que explica o crescimento geral da alienação eleitoral, haja vista que o percentual de votos brancos manteve-se estável (3,48% em 2016 e 3,44% em 2018) e houve redução no percentual de votos nulos, de 8,94% em 2016 para 6,21% em 2020.

Portanto, podemos considerar como fator principal no aumento da alienação eleitoral, relativa a eleição para prefeito/a entre 2016 e 2020 foi o crescimento da abstenção, ainda que não seja possível afirmar, peremptoriamente que tenha sido impacto isolado da pandemia por covid-19.

Os dados da votação para o cargo de vereador/a são muito similares a votação para prefeito/a, com pequenas reduções nos índices finais de alienação eleitoral, 26,02% em 2016 e 30,00% em 2020.

Comparando com os dados da votação para vereador com a para o cargo de Prefeito/a tanto em 2016, quanto em 2020, tivemos mais votos em branco (3,48% para prefeito/a e 4,15% para vereador/a em 2016 e 3,44% para prefeito/a e 3,93% para vereador/a em 2020).

Em relação aos votos nulos, aconteceu o inverso, pois houve aumento quando comparamos a votação para o cargo de Prefeito/a (8,94% para prefeito/a e 6,09% para vereador/a em 2016 e 6,21 para prefeito/a e 4,99% para vereador/a em 2020).

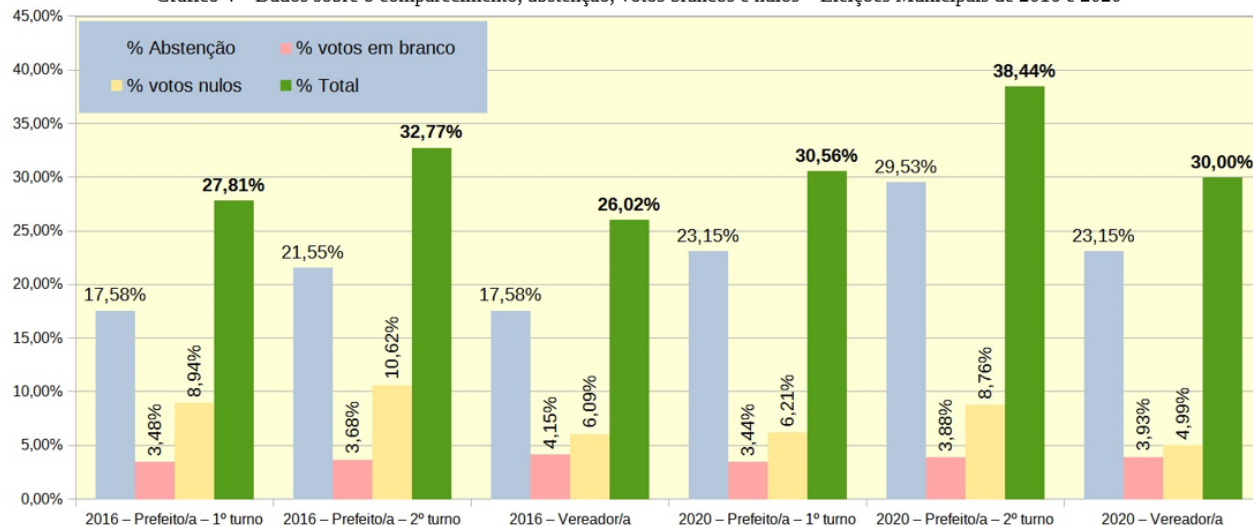
Destaque-se que os dados das votações nos segundos turnos para prefeito/a apresentam números extremamente preocupantes, com 32,77% em 2016 e espantosos 38,44% em 2020.

Tabela 4 – Dados sobre o comparecimento, abstenção, votos brancos e nulos – Eleições Municipais de 2016 e 2020

Eleição	Aptos	Comparecimento	%	Abstenção	% Abstenção	Votos em branco	% votos em branco	Votos nulos	% votos nulos	Abstenção + Branco + Nulos	% Total
2016 – Prefeito/a – 1º turno	144.088.912	118.755.509	82,42%	25.333.403	17,58%	4.128.682	3,48%	10.615.567	8,94%	40.077.652	27,81%
2016 – Prefeito/a – 2º turno	32.986.856	25.877.757	78,45%	7.109.099	21,55%	951.229	3,68%	2.747.987	10,62%	10.808.315	32,77%
2016 – Vereador/a	144.088.912	118.755.509	82,42%	25.333.403	17,58%	4.933.533	4,15%	7.229.032	6,09%	37.495.968	26,02%
2020 – Prefeito/a – 1º turno	147.918.483	113.677.586	76,85%	34.240.897	23,15%	3.915.103	3,44%	7.054.302	6,21%	45.210.302	30,56%
2020 – Prefeito/a – 2º turno	38.577.128	27.184.849	70,47%	11.392.279	29,53%	1.053.960	3,88%	2.382.007	8,76%	14.828.246	38,44%
2020 – Vereador/a	147.918.483	113.677.586	76,85%	34.240.897	23,15%	4.469.963	3,93%	5.668.882	4,99%	44.379.742	30,00%

Fonte: TSE [<https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais>]

Gráfico 4 – Dados sobre o comparecimento, abstenção, votos brancos e nulos – Eleições Municipais de 2016 e 2020



Fonte: TSE [<https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais>]

Tendo em vista que o segundo turno das eleições municipais para definição do/a prefeito/a aconteceram em cidades diferentes, optamos, por critério metodológico não aprofundar os estudos, face a impossibilidade de comparação geográfica e histórica. No entanto, como as 26 capitais representam sozinhas, mais de 20% do total do eleitorado do Brasil, que possui 5.565 municípios, é relevante apresentar alguns dados sobre o comportamento do/as eleitores nas últimas duas eleições municipais.

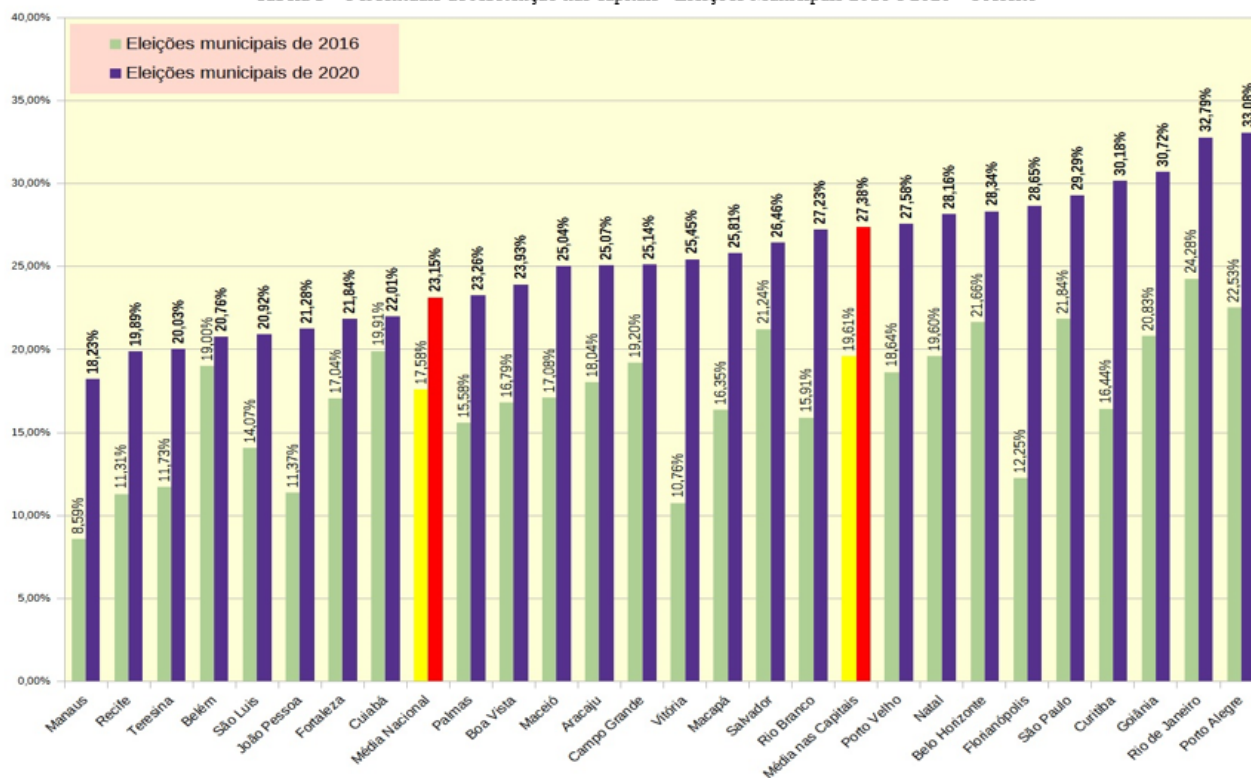
Para iniciar, apresentamos a tabela 5 e o gráfico 5 com os dados da abstenção.

Tabela 5 – Percentuais de Abstenção nas capitais– Eleições Municipais 2016 e 2020 – Prefeito

Capital	Eleições municipais de 2016	Eleições municipais de 2020
Manaus	8,59%	18,23%
Recife	11,31%	19,89%
Teresina	11,73%	20,03%
Belém	19,00%	20,76%
São Luís	14,07%	20,92%
João Pessoa	11,37%	21,28%
Fortaleza	17,04%	21,84%
Cuiabá	19,91%	22,01%
Média Nacional	17,58%	23,15%
Palmas	15,58%	23,26%
Boa Vista	16,79%	23,93%
Maceió	17,08%	25,04%
Aracaju	18,04%	25,07%
Campo Grande	19,20%	25,14%
Vitória	10,76%	25,45%
Macapá	16,35%	25,81%
Salvador	21,24%	26,46%
Rio Branco	15,91%	27,23%
Média nas Capitais	19,61%	27,38%
Porto Velho	18,64%	27,58%
Natal	19,60%	28,16%
Belo Horizonte	21,66%	28,34%
Florianópolis	12,25%	28,65%
São Paulo	21,84%	29,29%
Curitiba	16,44%	30,18%
Goiânia	20,83%	30,72%
Rio de Janeiro	24,28%	32,79%
Porto Alegre	22,53%	33,08%

Fonte: TSE [<https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais>]

Tabela 5 – Percentuais de Abstenção nas capitais– Eleições Municipais 2016 e 2020 – Prefeito



Fonte: TSE [<https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais>]

Manaus apresentou a menor abstenção, tanto em 2016, quanto em 2020 com 8,59% e 18,23% respectivamente. Em 2020, além de Manaus, somente Recife apresentou menos de 20% de abstenção (19,89%).

Rio de Janeiro foi a capital com maior abstenção em 2016, com 24,28%, seguida de Porto Alegre, com 22,53%, São Paulo com 21,84%, Belo Horizonte com 21,66% e Salvador, com 21,24% completam o grupo das 5 capitais com maior percentual de ausência às urnas. Além destas cinco capitais, somente Goiana ultrapassou a barreira de 20% de abstenção.

Em 2020, Porto Alegre assume o primeiro lugar como a capital com a maior abstenção, atingindo 33,08% (um terço do eleitorado apto sequer compareceu para votar), seguido do Rio de Janeiro que alcançou 32,79%, Goiana, com 30,72%, Curitiba com 30,18% e fechando na 5ª colocação, São Paulo, o município com maior eleitorado/a do País, com 29,29% de ausência às urnas de seus eleitores/as.

Em 2020 somente 10 capitais apresentaram abstenção abaixo de 25%, enquanto 16 atingiram índices acima de 25%, ou seja, nestas, um quarto dos eleitores sequer compareceu para votar. Não houve redução da abstenção em nenhuma capital, das eleições de 2016 para 2020.

Destaca-se que em 2016, 14 capitais apresentaram índice de abstenção menor do que a média nacional. Já em 2020 foram apenas 8 capitais com abstenção abaixo da média nacional. Outro dado preocupante é a média de abstenção nas capitais, crescendo de 19,61% em 2016 para 27,38% em 2020.

Haja vista que nos grandes centros existem mais recursos, tanto para tratamento, quando para prevenção a pandemia do covid-19, efetivamente este não é um fator a explicar, isoladamente, o crescimento expressivo na abstenção.

A seguir, a tabela 6 e o gráfico 6, com os dados sobre os votos em branco nas Capitais.

Tabela 6 – Percentuais de votos em branco - Eleições Municipais 2016 e 2020 – Prefeito/a

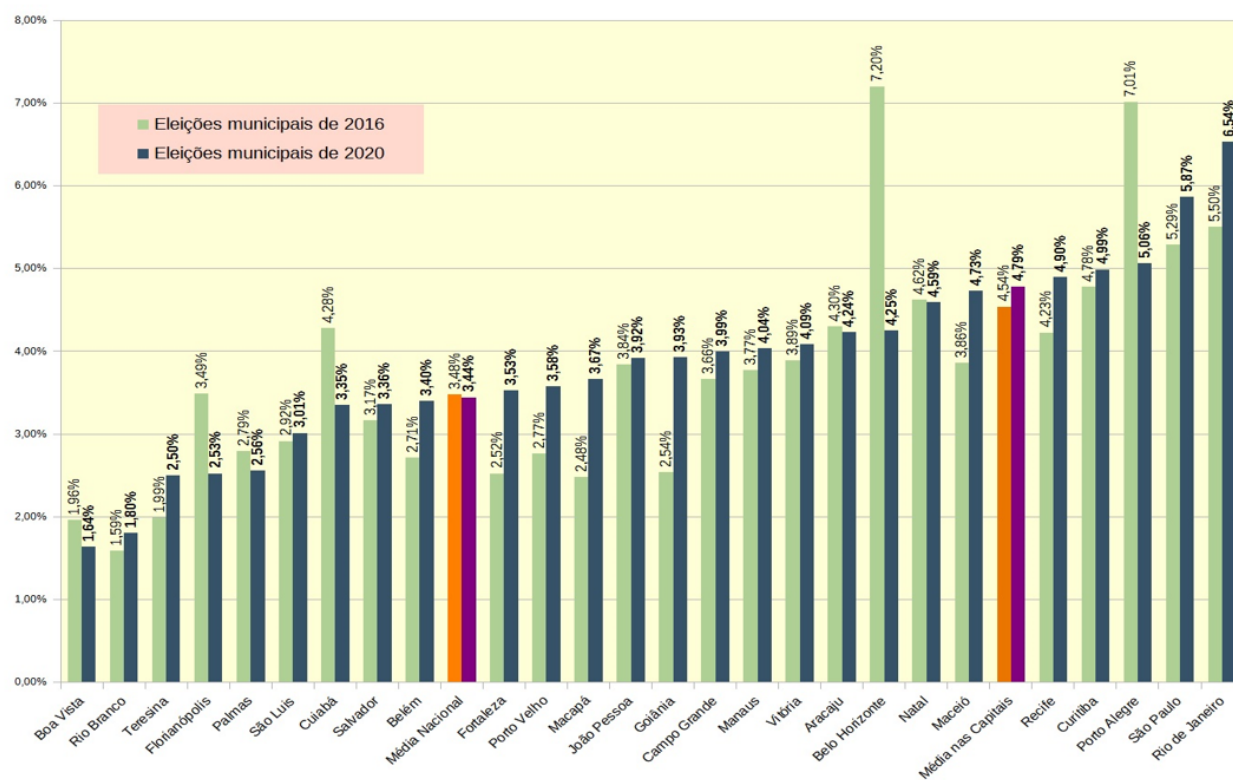
Capital	Eleições municipais de 2016	Eleições municipais de 2020
Boa Vista	1,96%	1,64%
Rio Branco	1,59%	1,80%
Teresina	1,99%	2,50%
Florianópolis	3,49%	2,53%
Palmas	2,79%	2,56%
São Luís	2,92%	3,01%
Cuiabá	4,28%	3,35%
Salvador	3,17%	3,36%
Belém	2,71%	3,40%
Média Nacional	3,48%	3,44%
Fortaleza	2,52%	3,53%
Porto Velho	2,77%	3,58%
Macapá	2,48%	3,67%
João Pessoa	3,84%	3,92%
Goiânia	2,54%	3,93%
Campo Grande	3,66%	3,99%
Manaus	3,77%	4,04%
Vitória	3,89%	4,09%
Aracaju	4,30%	4,24%
Belo Horizonte	7,20%	4,25%
Natal	4,62%	4,59%
Maceió	3,86%	4,73%
Média nas Capitais	4,54%	4,79%
Recife	4,23%	4,90%
Curitiba	4,78%	4,99%
Porto Alegre	7,01%	5,06%
São Paulo	5,29%	5,87%
Rio de Janeiro	5,50%	6,54%

Fonte: TSE [<https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais>]

Conforme os dados, em 2016, Belo Horizonte foi a capital com maior percentual de votos em branco, com significativos 7,20%, seguido de Porto Alegre, com 7,01%, Rio de Janeiro, com 5,50%, São Paulo, com 5,29% e, fechando o grupo dos cinco maiores percentuais, Curitiba, com 4,78%. A menor abstenção foi registrada em Rio Branco, com 1,59%, seguido de Boa Vista, com 1,96% e Teresina com 1,99%, as únicas capitais com menos de 2% de votos em branco.

Em 2020, o Rio de Janeiro, com 6,54% registrou o maior percentual de votos em branco, seguido de São Paulo, com 5,87%, Porto Alegre, com 5,06%, Curitiba, com 4,99% e, fechando os 5 maiores, Recife, com 4,90%. Os menores percentuais foram registradas em Boa vista, com 1,64% e Rio Branco, com 1,80%, sendo as únicas capitais abaixo de 2% de votos em branco.

Gráfico 6 – Percentuais de votos em branco - Eleições Municipais 2016 e 2020 – Prefeito/a



Fonte: TSE [<https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais>]

Como destaque final sobre os votos em branco, em 2016, 11 capitais registraram menor percentual do que a média nacional, enquanto em 2020, foram apenas 9. Outro dado interessante é que em apenas 8 capitais o percentual de votos em branco em 2020 foi menor do que nas eleições de 2016, enquanto 18 aumentaram os seus índices. Estes números podem indicar um crescimento do descontentamento do eleitorado dos grandes centros urbanos do País.

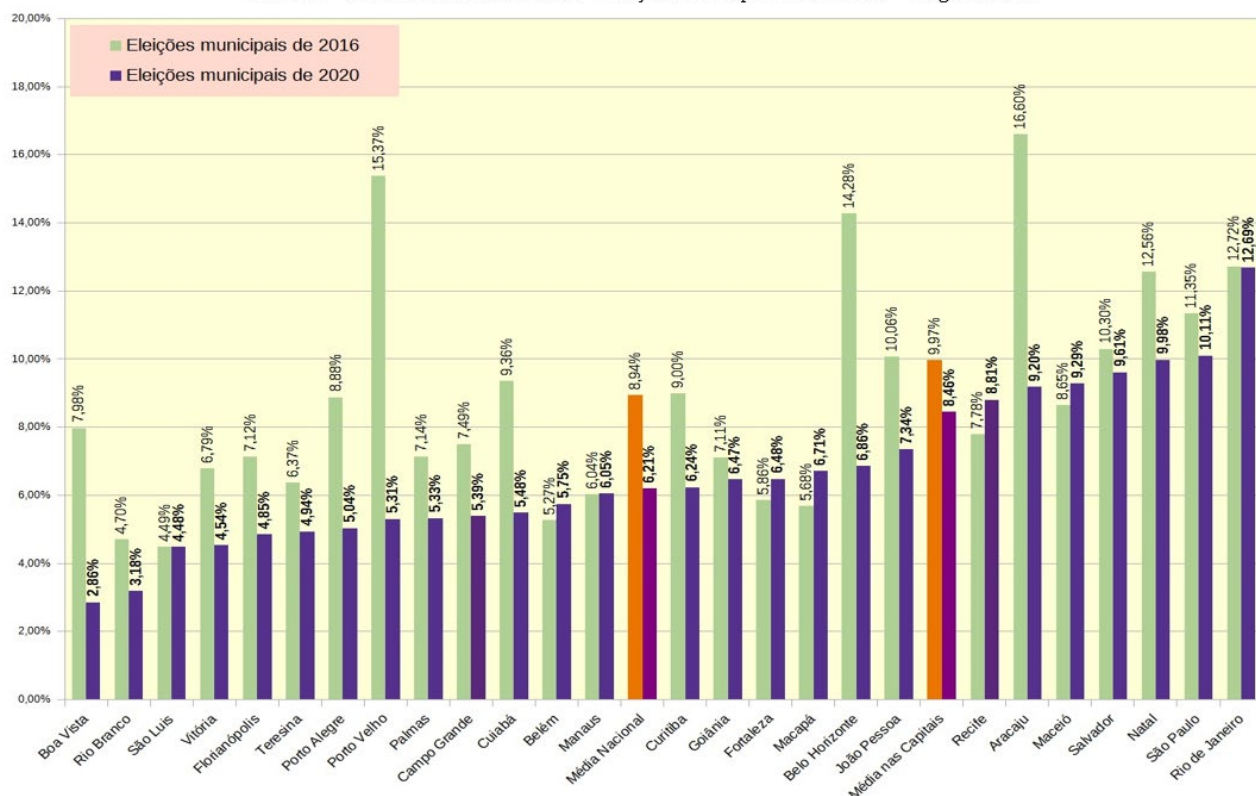
A seguir a tabela 7 e o gráfico 7, com os percentuais dos votos nulos.

Tabela 7 – Percentuais de votos nulos – Eleições Municipais 2016 e 2020 – Cargo: Prefeito
Capital

Capital	Eleições municipais de 2016	Eleições municipais de 2020
Boa Vista	7,98%	2,86%
Rio Branco	4,70%	3,18%
São Luís	4,49%	4,48%
Vitória	6,79%	4,54%
Florianópolis	7,12%	4,85%
Teresina	6,37%	4,94%
Porto Alegre	8,88%	5,04%
Porto Velho	15,37%	5,31%
Palmas	7,14%	5,33%
Campo Grande	7,49%	5,39%
Cuiabá	9,36%	5,48%
Belém	5,27%	5,75%
Manaus	6,04%	6,05%
Média Nacional	8,94%	6,21%
Curitiba	9,00%	6,24%
Goiânia	7,11%	6,47%
Fortaleza	5,86%	6,48%
Macapá	5,68%	6,71%
Belo Horizonte	14,28%	6,86%
João Pessoa	10,06%	7,34%
Média nas Capitais	9,97%	8,46%
Recife	7,78%	8,81%
Aracaju	16,60%	9,20%
Maceió	8,65%	9,29%
Salvador	10,30%	9,61%
Natal	12,56%	9,98%
São Paulo	11,35%	10,11%
Rio de Janeiro	12,72%	12,69%

Fonte: TSE [<https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais>]

Gráfico 7 – Percentuais de votos nulos – Eleições Municipais 2016 e 2020 – Cargo: Prefeito



Fonte: TSE [<https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais>]

Apesar dos números elevados, merece destaque a redução no percentual médio de votos nulos nas capitais, com 9,97% em 2016, para 8,46% em 2020. No total, 20 capitais reduziram os percentuais de votos nulos nas eleições de 2020, em relação à 2016.

São Luis foi a capital com menor percentual de votos nulos em 2016, com 4,49%, seguida de Rio Branco, com 4,70%, as únicas com percentual abaixo de 5%. Em 2020 Boa Vista ocupa o posto de menor percentual de votos nulos, com 2,86%, seguida de Rio Branco, com 3,18%. Além destas, outras 4 capitais apresentam menos de 5% de votos nulos.

No outro extremo da tabela, Aracaju, com 16,60% foi a capital com maior percentual de votos nulos em 2016, seguido de Porto Velho, com 15,37%, Belo Horizonte, com 14,28%, Rio de Janeiro, com 12,72% e, fechando o grupo dos cinco maiores percentuais, Natal, com 12,56%. No total, 8 capitais apresentam percentuais acima de 10% de votos nulos.

Em 2020, Rio de Janeiro ocupa o primeiro posto, com 12,69%, seguida de São Paulo, com 10,11%, sendo as únicas capitais que ultrapassaram a barreira de 10% de votos nulos. A terceira colocação foi de Natal, com 9,98%, seguida de Salvador, com 9,61% e, fechando o grupo dos 5 maiores percentuais, Maceió, com 9,29%.

Os dados apresentam uma esperança para a redução futura da alienação eleitoral.

Mas este otimismo logo se desfaz quando analisamos os dados da tabela 8 e do gráfico 8, com os percentuais relativos a Alienação Eleitoral nas capitais nas eleições municipais de 2016 e 2020.

Tabela 8 – Percentuais de Abstenção + Votos Brancos + Votos nulos
Eleições Municipais 2016 e 2020

Capital	Eleições municipais de 2016	Eleições municipais de 2020
Teresina	19,11%	25,98%
Manaus	17,56%	26,48%
São Luís	20,43%	26,85%
Boa Vista	25,06%	27,36%
Belém	25,47%	28,01%
Cuiabá	30,83%	28,90%
Palmas	23,97%	29,32%
Fortaleza	23,99%	29,66%
João Pessoa	23,70%	30,14%
Média Nacional	27,81%	30,56%
Rio Branco	21,20%	30,86%
Recife	21,96%	30,87%
Vitória	20,29%	31,88%
Campo Grande	28,21%	32,17%
Macapá	23,18%	33,51%
Florianópolis	21,55%	33,91%
Porto Velho	33,40%	34,02%
Aracaju	35,17%	35,13%
Maceió	27,46%	35,55%
Salvador	31,85%	36,00%
Belo Horizonte	38,49%	36,30%
Média nas Capitais	31,28%	37,00%
Goiânia	28,47%	37,92%
Curitiba	27,95%	38,02%
Natal	33,42%	38,63%
Porto Alegre	34,84%	39,84%
São Paulo	34,85%	40,59%
Rio de Janeiro	38,08%	45,71%

Fonte: TSE [<https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais>]

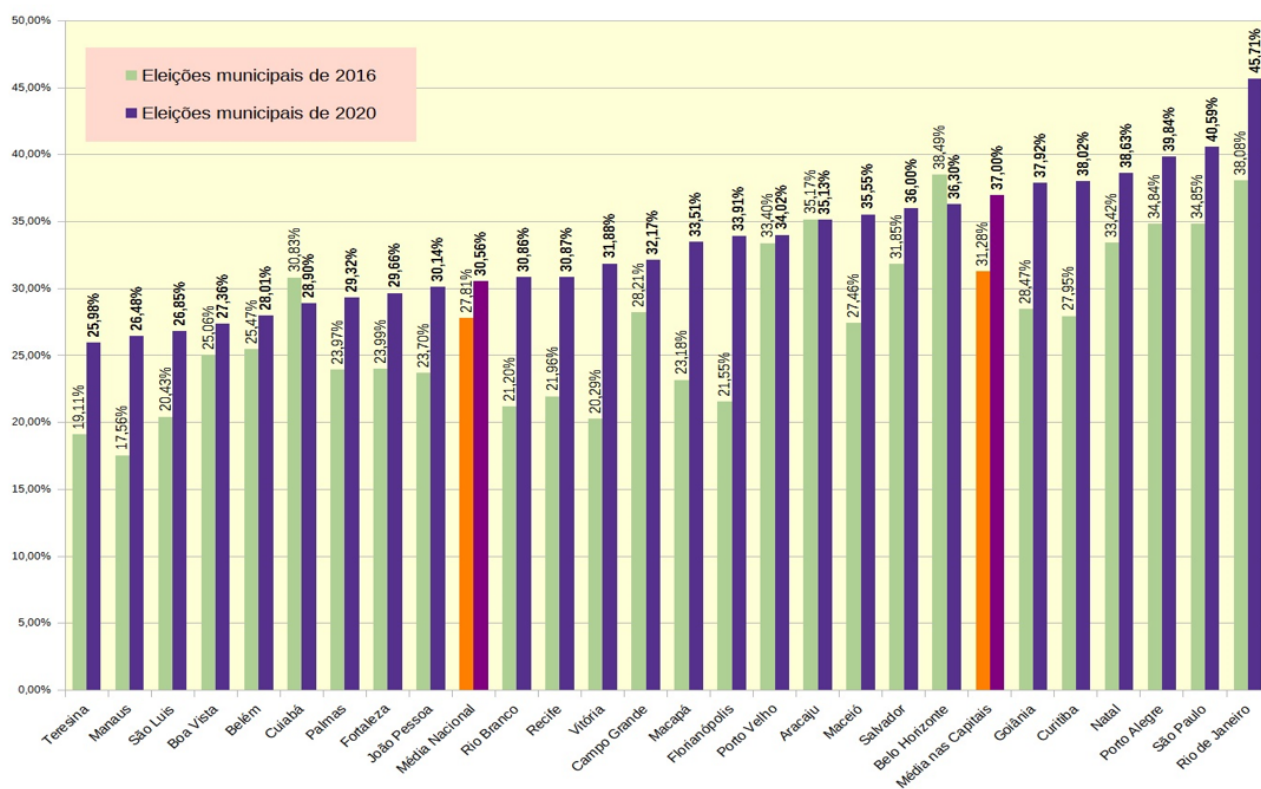
Os dados apresentam um quadro extremamente preocupante sobre a alienação eleitoral nas capitais. Enquanto a média nacional cresceu de 27,81% em 2016 para 30,56% em 2020, o que pode ser explicado pelas condições adversas provocadas pela pandemia, a média das capitais cresceu de 31,28% em 2016 para 37,00% em 2020 o que reforça o cuidado em não apresentar como único fator a impactar no crescimento a pandemia mundial do Covid-19.

Outro fator que reforça a preocupação é que em apenas três capitais houve redução no percentual de alienação eleitoral: Cuiabá, Aracaju (redução insignificante de apenas 0,04%) e Belo Horizonte. Nas outras 23 houve crescimento, algumas bem significativo.

Em 2016, Manaus, com ajuda da baixa abstenção, apresentou o menor percentual de alienação eleitoral, com 17,56%, seguida de Teresina, com 19,11%, sendo as únicas capitais com percentual abaixo de 20%. No total, somente 11 capitais apresentaram percentual abaixo de 25% de alienação eleitoral, enquanto 10 ultrapassaram a barreira dos 30%.

Em 2020 nenhuma capital obteve percentual abaixo de 25%, sendo o menor 25,98% em Teresina, invertendo as posições com Manaus, que em 2020, atingiu 26,48% de alienação eleitoral. Somente oito capitais ficaram abaixo de 30%, sendo que 10 ultrapassaram a casa dos 35% de alienação eleitoral.

Gráfico 8 – Percentuais de Abstenção + Votos Brancos + Votos nulos - Eleições Municipais 2016 e 2020



Fonte: TSE [<https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais>]

Em 2016, Belo Horizonte ocupou o primeiro lugar em alienação eleitoral, com 38,49%, impulsionada pelos altos índices de votos brancos (7,2%) e nulos (14,28%). O segundo lugar coube ao Rio de Janeiro, com 38,08%, em terceiro Aracajú, com 35,17%, também empurrada para esta posição pelo altíssimo percentual de votos nulos; na quarta posição São Paulo, com 34,85% e, fechando o grupo dos 5 maiores, Porto Alegre, com 34,84%.

Em 2020, o Rio de Janeiro atinge um percentual impressionante, com 45,71%, seguido de São Paulo com 40,59%. Em terceiro lugar, impulsionada pela maior abstenção (33,08%) aparece Porto Alegre com 39,84%, seguida de Natal, com 38,63 e, fechando o grupo das cinco maiores, Curitiba, com 38,02%.

Chama a atenção que os casos mais significativos são justamente as maiores capitais, ultrapassando o patamar de 40% de percentual da alienação eleitoral. Na cidade do Rio de Janeiro atingiu a incrível marca de 45,71%, representa que quase a metade dos eleitores apresentam comportamento negativo de participação eleitoral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo dos comportamentos eleitorais a partir da análise dos dados da abstenção limitam a interpretação apenas a um aspecto (importante) do processo eleitoral deixando de apresentar outros fatores que podem explicar a não participação ou negação da política pelo/as eleitor/as. Assim, a introdução de dados relativos aos votos brancos e nulos completa um conjunto de variáveis que permitem explicar, de forma mais ampla, a alienação eleitoral.

A análise apresentada indicou que nenhum pleito está imune ao crescimento da alienação eleitoral. Nas eleições presidenciais, apesar de apresentar os menores percentuais em comparação com os demais cargos, existe grande preocupação pois, apesar do pequeno e constante crescimento, o índice de alienação eleitoral encontra-se em patamares elevados, acima dos 25%, indicando que um quarto do eleitorado Brasileiro não tem se sentido estimulado a participar da escolha do/a Presidente/a da República.

Nas eleições para Governadore/as e Deputado/as os dados são ainda piores, ultrapassando os 30% e, em alguns casos, mais de 35%, indicando o descrédito na participação nas eleições para os governantes e representantes regionais. Os dados das eleições para Prefeito/as e Vereadore/s encontram-se no mesmo patamar, superior aos 30% de alienação eleitoral.

O último dado, relativo as eleições nas capitais, os maiores centros urbanos e com maior eleitorado aprofunda a preocupação. Os casos de Rio de Janeiro e São Paulo são alarmantes, ficando

ainda muito próximas as capitais Porto Alegre, Natal e Curitiba, também com percentuais extremamente preocupantes.

Os números apresentados nas oito tabelas e visualizados nos respectivos gráficos trazem grande preocupação com os próximos pleitos e demandam ao conjunto dos atores políticos, Justiça Eleitoral, Partidos Políticos, Candidato/as, Organizações e Fundações Políticas e a sociedade em geral, a ampliação de estudos sobre alienação eleitoral com objetivo de construir políticas para diminuir o seu impacto negativo nos processos eleitorais.

O desafio para as eleições gerais de 2022 tornam-se ainda maiores com os ataques institucionais, advindos do Presidente da República que tem, sistematicamente acusado a existência de fraudes em eleições, sem apresentar elemento fático (apesar de constantes ameaças) que comprove suas afirmações.

Tal postura, aliada a verdadeiros gabinetes de ódio, que disseminam desinformação e fake news cotidianamente, cada vez mais afastam o/as eleitore/as, demonizam a participação política e precisam ser combatidos, sob pena de colocar, mais uma vez, em risco a própria democracia.

Como demonstramos no início do artigo, o Brasil não nutre maior simpatia pela democracia, interrompendo ciclos eleitorais com golpes sob argumentos pífios: fraude eleitoral em 1930 e combate ao inimigo imaginário (comunismo) em 1964. Tais discursos foram retomados nos últimos anos com fins de desestabilização das instituições eleitorais (Justiça Eleitoral, partidos, parlamento, políticos, etc).

O descrédito da política, aliada ao medo e o discurso de ódio, são campos férteis para golpes políticos e eleitorais.

REFERÊNCIAS

ALVIM, Frederico Franco. **Crise democrática e Justiça Eleitoral. Desafios, encargos institucionais e caminhos de ação**. Apresentação do Ministro Luiz Edson Fachin – Dados Eletrônicos (94 páginas) – Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, 2020.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da Democracia**. Tradução de Marco Aurélio Nogueira – São Paulo: Paz e Terra, 2000.

BOROWSKI, Edson Moraes. **As fake news e o discurso de ódio nas eleições gerais de 2018**. O ciberespaço como nova arena de disputa eleitoral. Porto Alegre. Paixão Editores. 2020.

_____, Edson Moraes. **Eleições 2020: O paradoxo da participação. O impacto da pandemia do COVID-19 no aumento da abstenção nas eleições de 2020**. Revista do TRE-RS / Tribu-

nal Regional Eleitoral, Rio Grande do Sul. - Ano 25. Nº 49 (Julio/Dezembro 2020)- . - Porto Alegre: TRE-RS, 2021. Disponível em [https://ava.tre-rs.jus.br/ejers/pluginfile.php/13712/mod_resource/content/1/Revista%20do%20TRE-RS%20Edi%C3%A7%C3%A3o%2049.pdf]

DAHL, Robert A. **A Democracia e seus críticos**. Tradução Patricia de Freitas Ribeiro. São Paulo. Editora WMF Martins Fontes, 2012.

FIGUEIREDO, Marcus. **A decisão do voto: democracia e racionalidade**. - Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2008.

LEVITSKY, Steven e ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Tradução Renato Aguiar. 1º edição. Rio de Janeiro. Zahar, 2018.

MOUNK, Yascha. **O povo contra a democracia: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la**. Tradução de Cássio de Arantes Leite, Débora Landsberg. 1ª ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 2019.